



Fotos: Roosevelt Pinheiro

EXPECTATIVA Ao final de quatro horas de discussão e de muito esforço dos líderes governistas em busca de apoio ao mínimo de R\$ 260, o Senado vota. O clima no Plenário é tenso

Governo perde no Senado. Mínimo de R\$ 275 depende da Câmara

Os senadores querem um salário mínimo de R\$ 275, e não de R\$ 260, como pretende o governo. No início da noite de ontem, o Plenário aprovou, por 44 votos contra 31, o projeto de conversão que fixa o novo valor em oposição ao do Executivo. A decisão depende agora da Câmara, que havia aprovado os R\$ 260.



CELEBRAÇÃO Quando o painel indica a aprovação do projeto de conversão por 44 votos contra 31, a oposição festeja: o mínimo de R\$ 275 estava aprovado pelos senadores

Páginas 3 a 6

Plenário aprova texto básico da Lei de Falências

O Senado aprovou ontem o texto básico do projeto que institui a nova Lei de Falências. Os destaques e as emendas apresentados à matéria deverão ser votados na sessão marcada para a próxima terça-feira. A proposta regula a recuperação judicial, extrajudicial e a falência de pessoas físicas e jurídicas.

Página 7

Comissão aceita benefício fiscal para empresas de informática

Projeto de lei acolhido pela Comissão de Educação prorroga até 2019 a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as empresas de informática.

Página 7

Orçamento acompanhará emendas parlamentares

Um comitê de acompanhamento das emendas parlamentares será criado pela Comissão Mista de Orçamento. O objetivo é verificar se os partidos de oposição estão sendo preteridos na liberação de recursos oriundos de emendas parlamentares. Os integrantes do comitê serão escolhidos na terça-feira.

Página 8

Senado aprova indicação de embaixadores

■ Brasil terá novos representantes nas embaixadas na China, Paraguai, Quênia e Lituânia

O Senado aprovou ontem os nomes de quatro novos embaixadores – Luiz Augusto de Castro Neves, Valter Peçly Moreira, Antonio José Rezende de Castro e Marco César Meira Naslausky – para exercerem, respectivamente, os cargos de embaixador junto à China, ao Paraguai, ao Quênia e à Lituânia. Naslausky exercerá de forma cumulativa ao seu atual posto de embaixador na Dinamarca.

Antes de terem seus nomes submetidos ao Plenário, os in-

dicados foram sabatinados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que os aprovou por unanimidade.

Durante a exposição, Castro Neves observou que o maior desafio à frente das relações entre Brasil e China é o de transformar em resultados as expectativas surgidas após a visita do presidente Lula a Pequim. Ele disse que vai trabalhar pela diversificação da pauta de exportações, com a inclusão de produtos siderúrgicos, derivados de celulose e frango congelado.

A indicação de Castro Neves recebeu voto favorável do relator, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Designado como embaixador em Assunção, Valter Peçly Moreira apontou entre seus



PROPOSTAS Presidida por Suplicy (segundo à direita), CRE ouviu a exposição de Castro Neves, Valter Peçly e Antônio Rezende de Castro

objetivos no posto a regularização da situação dos imigrantes brasileiros, a construção da segunda ponte sobre o Rio Paraná e a cooperação no combate ao contrabando e à pirataria.

Em seu voto favorável, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

observou que a eleição do presidente Nicanor Duarte Frutos, em 2003, deu início a um período de estabilidade política no Paraguai. “Os conflitos no campo, a desigualdade social e as dificuldades econômicas continuam, porém, a exigir solu-

ções”, alertou.

Quênia

Para a embaixada do Brasil no Quênia, Antonio José Rezende de Castro afirmou que existem amplas possibilidades de aumento no intercâmbio comercial e diplomático com aquele país africano. Entre as propostas que apresentou à comissão estão a ampliação do acordo aéreo, para que a Varig possa utilizar o aeroporto de Nairobi como escala de seus vôos para a Ásia, e a venda de grãos brasileiros a preço de custo, nos períodos de seca na África. Ele informou que o Quênia abrirá uma embaixada em Brasília.

Segundo Cristovam Buarque (PT-DF), relator da indicação, a aproximação com a África é “imperativo histórico e cultural”.

Cristovam à frente da Bancada do Milênio

O presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), nomeou Cristovam Buarque (PT-DF) como coordenador da Bancada do Milênio, que vai acompanhar os esforços brasileiros no cumprimento de metas de desenvolvimento social estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Declaração do Milênio.

Foi acolhido ainda requerimento de Cristovam para a realização de audiência sobre o tema “Laudos Antropológicos na Aplicação dos Direitos Constitucionais”. Na justificativa, o senador disse que os laudos foram citados por especialistas durante audiências em que foi debatida a questão da demarcação de terras indígenas.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Sessão não deliberativa às 9h

O Plenário realiza hoje sessão não deliberativa às 9h. Como não serão votados projetos, a reunião se destina exclusivamente a discursos dos parlamentares e a comunicados da Mesa diretora. Os

trabalhos dos senadores podem ser acompanhados ao vivo pela TV e Rádio Senado e também pela cobertura em tempo real da Agência Senado no endereço www.senado.gov.br.

CPI do Banestado vota requerimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado reúne-se hoje, a partir das 11h, para a votação de requerimentos apresentados pelos parlamentares. Constatam da pauta da CPI cerca de 50 matérias. O colegiado, presidido pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), investiga o envio ilegal de divisas para o exterior por meio das chamadas contas CC-5.

Sistema de cotas na TV Senado

O programa *Cidadania*, que a TV Senado transmite hoje, às 19h30, debate o sistema de cotas para negros, com a participação do diretor-executivo da Educafro, Frei David, e do advogado Guilherme Magaldi Neto.

Presidente da Petrobras na CI

Na terça-feira, a Comissão de Infra-Estrutura (CI) promove audiência com o presidente da empresa, José Eduardo Dutra, para discutir campanha publicitária realizada pela Petrobras e programa de licitações de plataformas.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Representante dos EUA se despede da CRE

Ao se despedir ontem dos integrantes da CRE, a embaixadora norte-americana Donna Hrinak, que trabalhará na iniciativa privada a partir de julho, defendeu uma maior aproximação entre parlamentares do Brasil e dos Estados Unidos.

– Parte da falta de compreensão nas discussões entre os dois países vem da falta de conhecimento entre os dois Congressos – disse Hrinak, que agradeceu a hospitalidade dos senadores durante o período em que esteve no país e salientou o diálogo “transparente e honesto” que manteve com eles.

Hrinak compareceu à reunião a convite do presidente da comissão, Eduardo Suplicy, que também ressaltou a qualidade do diálogo entre ela e os parlamentares. A embaixadora foi incluída pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) entre os “melhores representantes dos Estados Unidos no Brasil”.

Já Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que ela conduziu as relações bilaterais com “extrema delicadeza” mesmo nos momentos de desacordo entre os dois países. Por sua vez, José Agripino (PFL-RN) observou a atuação “firme e suave” da representante norte-americana. Donna Hrinak foi ainda elogiada por Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Marco Maciel (PFL-PE) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

SALÁRIO MÍNIMO

Com a decisão, medida provisória volta para a Câmara, que decidirá o valor que vai vigorar, se o definido pelos senadores ou o proposto pelo governo, derrotado por causa do voto de dissidentes de sua base

Senado rejeita MP e aprova mínimo de R\$ 275

Sem os votos de 12 dissidentes da sua base de apoio, o governo foi derrotado no início da noite de ontem na votação da medida provisória que aumenta o salário mínimo. Foi aprovado substitutivo que prevê reajuste de R\$ 240 para R\$ 275, sendo automaticamente rejeitada a proposta do governo, aprovada pelos deputados, que aumentava o salário para R\$ 260 (MP 182/04), a partir de 1º de maio. Com a mudança feita pelos senadores, o mínimo volta ao exame dos deputados, que terão de escolher entre o novo valor de R\$ 275 e os R\$ 260 defendidos pelo governo.

O substitutivo, apresentado pelo senador César Borges (PFL-BA), teve apoio do PFL, do PSDB e do PDT. Somados aos 12 dissidentes da base governista, os opositoristas conseguiram 44 votos, contra 31 dos governistas e uma abstenção – do senador João Batista Motta (PMDB-ES).

Dos integrantes da base governista que votaram com a oposição, cinco são do PMDB, três do PT, dois do PL e dois do PSB. São eles: Pedro Simon (PMDB-RS), Papaléo Paes (PMDB-AP), Ramez Tebet (PMDB-MS), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Mão Santa



QUÓRUM Proposta do relator da medida provisória recebeu 44 votos a favor, 12 da base governista

(PMDB-PI), Paulo Paim (PT-RS), Serys Slhessarenko (PT-MT), Flávio Arns (PT-PR), Marcelo Crivella (PL-RJ), Magno Malta (PL-ES), Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Dos 81 senadores, só quatro não estavam presentes à votação.

Essa é a segunda derrota importante do governo no Senado,

neste ano – a primeira foi a da MP que proibia jogos de bingo. A votação do mínimo foi antecedida por seguidas reuniões de líderes com senadores e que envolveram até mesmo o presidente Lula. Pelo menos um dos dissidentes do PMDB informou que votaria contra o Executivo por causa do governador do seu estado, que pertence ao PT. Ra-

mez Tebet disse que o governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio, o Zeca do PT, teria declarado que o senador votaria com o governo em troca da liberação de emendas do orçamento para obras em sua região eleitoral. Os três petistas dissidentes argumentaram que não poderiam votar contra algo que defenderam em sua vida políti-

ca – um aumento mais elevado para o mínimo.

Por cerca de quatro horas, a matéria foi debatida pelos senadores. Os governistas ponderavam que as contas públicas não suportariam mais que o valor de R\$ 260. O relator, César Borges, afirmou que o excesso de arrecadação verificado nos últimos meses absorve sem problemas o novo custo.

– Quinze reais a mais podem não fazer diferença para um ministro ou um parlamentar, mas ajudam a diminuir a fome de uma família pobre – disse.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), sustentou que, na falta de dinheiro, o governo prefere destinar mais verbas a quem não tem emprego, através do programa Bolsa-Família. Depois de ter ouvido críticas à promessa do presidente Lula de dobrar o mínimo, Mercadante lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso fez idêntica promessa em 1994, mas não a cumpriu.

Os valores previstos na MP para o salário-família não foram alterados por César Borges – de R\$ 20 por filho, para trabalhador que ganha até R\$ 390, e de R\$ 14,09, para quem ganha mais de R\$ 586,19.

Para César Borges, aumento maior não trará instabilidade

O relator da medida provisória que reajusta o salário mínimo para R\$ 260, senador César Borges, rejeitou em seu parecer de Plenário o valor proposto pelo governo e apresentou projeto de lei de conversão à MP com o valor de R\$ 275. Para isso, o relator acatou, parcialmente, 51 emendas de outros parlamentares.

César Borges exaltou a “luta histórica” do senador Paulo Paim (PT-RS) em favor de um salário mínimo equivalente a US\$ 100 e o “gesto corajoso” de manifestar seu voto contrário à proposta do governo, “que pode prejudicá-lo partidariamente, mas receberá o reconhecimento do povo brasileiro”. Ele também ressaltou a “firmeza ímpar” do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), “que defende um salário

mínimo digno há muito tempo”.

O senador baiano ainda observou que as decisões do governo federal não têm levado em conta aspectos sociais, notadamente em relação aos trabalhadores de baixa renda. “Ao invés de alocar recursos para um reajuste mais digno do salário mínimo, optou por destinar recursos para a aquisição de avião presidencial, criação de cargos comissionados e aumento da estrutura ministerial”, afirmou.

– Outro ponto fundamental foi a postergação do aumento do mínimo, que antes era reajustado em 1º de abril e agora passou a ser em 1º de maio. A exposição de motivos da MP gastou sete parágrafos, de um total de 15, para explicar o porquê dessa postergação. Infelizmente, em nenhum deles fez

referência à perda que se infligiu àquele que recebe um salário mínimo e teve de passar mais um mês sem receber aumento – observou.

Em relação ao aumento do salário-família, Borges disse entender que esse benefício melhora a situação de parcela dos trabalhadores, mas observou que apenas faz jus ao salário-família o trabalhador formal, com carteira assinada, e que receba até R\$ 586,19. Assim, continuou, só usufrui do aumento desse benefício uma parcela de baixa remuneração, mas formalizada, da população brasileira.

– Questionamos se não teria sido mais conveniente aplicar



IMPACTO Relator da MP, César Borges garante que governo tem excesso de arrecadação

os recursos gastos na elevação do salário-família com o salário mínimo, e assim permitir a este último um aumento maior. Pois, como é sabido, a maioria dos trabalhadores brasileiros está na informalidade e iria se beneficiar de alguma forma de um salário mínimo maior.

Recursos

De acordo com César Borges, há condições efetivas de o valor de R\$ 275 ser pago sem causar transtornos à economia e às contas dos governos federal,

estaduais e municipais.

– É uma recuperação pequena, mas uma recuperação responsável para o salário mínimo, que afeta a vida de 23 milhões de trabalhadores e de 13 milhões de aposentados. O salário de R\$ 275 não traria nenhuma instabilidade macroeconômica ou política para o país. O mercado e o setor privado estão sabendo que o governo pode pagar esse valor – afirmou o senador, adiantando que seu relatório é similar ao apresentado na Câmara pelo deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ).

O parlamentar garantiu que não há “nada aventureiro ou irresponsável” em seus cálculos, já que existe disponibilidade de recursos no Orçamento da União por excesso de arrecadação do governo federal. Além disso, continuou, o impacto do aumento nos estados e municípios não comprometeria a vida econômica e financeira da administração pública.

SALÁRIO MÍNIMO

Valadares, Sibá Machado, Zambiasi e Mesquita Júnior sugerem políticas para melhorar a qualidade de vida do trabalhador. Suplicy lembra programas que elevam renda da família. Mão Santa pede valorização da mão-de-obra



EMPREGO Sérgio Zambiasi sugere transformação do país em canteiro de obras

Zambiasi propõe alternativa para ampliar atividade formal

Ao manifestar-se favorável ao reajuste para R\$ 260, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) afirmou que a conjuntura do país não suportaria valor melhor. Para ele, se o governo pudesse conceder aumento maior, o próprio presidente Lula teria tomado a iniciativa de apresen-

tar a proposta.

Como alternativa para melhorar a vida do trabalhador, Zambiasi propôs transformar o país num canteiro de obras, com investimentos maciços em saneamento básico, casas populares e estradas. A dinamização da economia, com mais

trabalhadores com carteira assinada, abriria caminho para um salário maior até do que os R\$ 275 propostos pela oposição, disse ele.

Zambiasi lembrou que seis em cada dez trabalhadores no Brasil estão na informalidade, não contribuindo para a Previ-

dência Social. Assinalou que milhares de meninas são exploradas como domésticas, sem direito a nada. Mas o que mais prejudica o trabalho no país são o contrabando e a pirataria, que empregam camelôs em condições de trabalho iguais à de escravo.

Sibá defende política salarial de longo prazo

Sibá Machado (PT-AC) apontou que a votação da medida provisória (MP 182/04) que fixa o valor do salário mínimo em R\$ 260 é uma boa oportunidade para o PT iniciar o debate acerca da construção de uma política salarial de longo prazo e "acabar, de uma vez por todas, com o leilão de quem dá mais", referindo-se aos vários patamares de reajuste do mínimo sugeridos pelos parlamentares. Para Sibá, é importante que o governo construa uma política salarial tão duradoura como a que foi criada por Getúlio Vargas.

O senador garantiu que votava com a consciência tranqüila em favor da proposta do governo e lembrou que o ex-presidente Fernando Henrique prometeu, em seu programa eleitoral, dobrar o salário mínimo em quatro anos, saindo oito anos depois sem cumprir a promessa.



POSTURA "É preciso acabar com o leilão de quem dá mais", conclama Sibá Machado

Valadares pede reforma para proteger trabalhador

O debate sobre como aumentar o poder aquisitivo do salário mínimo passa também pelo estabelecimento de novas relações do trabalho, disse o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ao propor que o Congresso passe a discutir a reforma trabalhista. Defensor de uma mudança que proteja a dignidade do trabalho, ele fez um alerta sobre o risco da chamada "flexibilização do direito do trabalho", defendida pelos neoliberais como solução da questão do desemprego.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização de Cooperação e Desenvolvimento



MUDANÇA Valadares critica a flexibilização trabalhista realizada no governo anterior

Econômico (OCDE), citados pelo senador, as reformas trabalhistas realizadas em alguns países sob o enfoque neoliberal resultaram na precarização do

emprego e maior desproteção social, sem reduzir o desemprego.

Ele afirmou que o Brasil promoveu a seu modo, no governo passado, uma reformulação trabalhista voltada para a flexibilização de direitos e que resultou em expressivo aumento do número de desempregados no país.

Valadares anunciou que votaria no aumento do salário mínimo para R\$ 275, propostos pelo relator César Borges (PFL-BA), por entender que esse valor teria efeito direto na melhoria da qualidade de vida dos nordestinos e, por consequência, dos sergipanos.



CRÍTICA Mesquita Júnior resalta que Executivo ignora necessidade de política de renda

Mesquita Júnior cobra fórmula permanente

Ao manifestar sua posição contrária à aprovação da medida provisória que fixa o valor do salário mínimo em R\$ 260, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) disse que vai trabalhar pela construção de uma fórmula de reajuste permanente para o mínimo.

Segundo o senador, é compreensível que, em dois anos, não seja cumprida a promessa de campanha de duplicar o valor do salário mínimo. No entanto, preconizou, é preciso dar início à recuperação do seu valor de compra, com a adoção de uma política de rendas que contemple esse compromisso de forma permanente.

Mesquita Júnior registrou sua discordância em relação ao fato de o governo ignorar a necessidade de formular uma política de rendas, promovendo um modelo econômico que tem "sido mero desdobramento de governos anteriores".

Suplicy lembra programas que aumentam renda da família

Ao iniciar a discussão da medida provisória, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o país ainda está longe de alcançar o objetivo constitucional de aprovar um valor suficiente para o sustento da família de um trabalhador. Observou, contudo, que o presidente Lula dispõe de instrumentos que farão com que a renda do trabalhador de baixo salário cresça acima das cifras propostas pela oposição.

Segundo o senador, o governo pretende aumentar o salário-família de R\$ 13,50 para R\$ 20, o que representa reajuste expressivo para um trabalhador que tenha três ou mais crianças. Suplicy lembrou ainda a bolsa-família, cuja implantação está se iniciando pelas regiões carentes, que beneficia as famílias com rendimento mensal *per capita* de até R\$ 100.

Com a bolsa-família, o salário-família e o salário mínimo,



VANTAGENS Para Suplicy, renda de família com quatro filhos pode chegar a R\$ 330

a renda de uma família de quatro pessoas chegaria a R\$ 330, disse. "Cifra superior, portanto, à meta de muitos senadores."

Mão Santa diz que mínimo de R\$ 260 é "indigno e vergonhoso"

O senador Mão Santa (PMDB-PI) classificou como indigno e vergonhoso o novo salário mínimo fixado pelo Executivo.

– Que vergonha, PT! E que vergonha, esse núcleo duro do governo que não tem o encéfalo da inteligência, que é mole,

e sei que é mole porque fui professor de anatomia – disse Mão Santa. Ele lembrou que o salário mínimo foi instituído por Getúlio Vargas, que o anunciava todo dia 1º de maio, pelo rádio, e que, segundo dados da fundação que leva o nome do ex-presidente, corresponderia

hoje a R\$ 600.

Mão Santa ressaltou que o governo não valoriza a maior riqueza brasileira, o seu próprio povo, a mão-de-obra trabalhadora.

– Tudo sobe neste país. Até o avião que Lula encomendou e que tem até sauna, há de subir

um dia. Só não sobe o salário do trabalhador brasileiro, pelo menos de forma a garantir a dignidade de quem trabalha – acrescentou. Mão Santa ironizou também a presença no Plenário do Senado, na véspera, do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra.



OMISSÃO Mão Santa afirma que governo não valoriza a mão-de-obra do país

SALÁRIO MÍNIMO

No debate sobre a medida provisória, senadores divergem sobre o valor fixado pelo governo e apresentam propostas que contribuiriam para aumentar a renda dos trabalhadores mais pobres



Roosevelt Pinheiro

BENEFÍCIO Garibaldi avalia que a proposta aumentaria os ganhos do trabalhador

Garibaldi defende vinculação do reajuste ao crescimento do PIB

Ao discutir o valor do salário mínimo, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu sua proposta que incorpora não apenas a inflação, mas também o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). A solução, disse, permitiria ao trabalhador incorporar a seus ga-

nhos o desenvolvimento econômico do país.

– Eu lamento apenas estar clamando no deserto com relação à sensibilidade da equipe econômica, que não se dignou de examinar essa proposta, que não foi concebida apenas por mim, mas por técnicos desta

Casa. Com essa ajuda e com a sensibilidade de quem é homem público, concebemos a fórmula, que poderia estar sendo aqui sancionada, não no sentido literal, mas no sentido de uma aprovação informal.

Argumentando que, nos últimos seis anos, o crescimento

do PIB foi sempre 2,2% maior do que o reajuste do salário mínimo, Garibaldi defendeu uma política de recuperação do poder aquisitivo do trabalhador. Com uma política séria para o salário mínimo, observou o senador, o Brasil ampliaria o crescimento econômico.

Fátima Cleide: aumento é o possível

Mesmo reconhecendo que o valor de R\$ 260 está distante do necessário para recuperar o valor de compra do salário mínimo, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) afirmou que fez “a coisa certa” ao votar a favor do reajuste proposto pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ela garantiu que o próprio presidente da República seria o primeiro a dar um reajuste maior, se fosse possível.

– Mesmo baixo, esse é o valor que possui maior poder de compra desde 1987, segundo pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Quando Lula assumiu, em 2003, o valor do salário mínimo, convertido em dólar, equivalia a 56 dólares. Os R\$ 260 representam 88 dólares. Esse valor também representa um aumento significativo no poder de compra do trabalhador – assinalou a senadora.



Roosevelt Pinheiro

POUCOS RECURSOS Se Lula pudesse, daria reajuste muito maior, conforme Fátima Cleide

Para Mercadante, governo optou pela responsabilidade

Ao defender a aprovação da medida provisória (MP) que estabeleceu o salário mínimo de R\$ 260, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que o governo, ao definir o valor, foi obrigado a optar pela responsabilidade e austeridade fiscal, sem abdicar da inclusão social e de sua política de desenvolvimento. Ele destacou a importância do reajuste no valor do salário-família, que na sua avaliação é o programa social mais justo do país.

Além de estar impedido de aumentar a carga tributária ou a dívida pública, sem patrimônio público para vender e com a responsabilidade de manter



Roosevelt Pinheiro

CONTRAPARTIDA Mercadante destacou a importância do reajuste do salário-família

equilibradas as contas, registrou Mercadante, o governo ainda terá de pagar R\$ 12 bilhões a 1,6 milhão de aposentados. Eles ganharam, na Justi-

ça, o direito de receber as perdas com a revisão do índice de reajuste do salário mínimo que deixou de ser aplicado nos benefícios à época da URV (Unidade de Referência de Valor).

Mercadante destacou que ampliar o valor do salário mínimo não é compromisso apenas do governo Lula. Ele lembrou que, em seu programa de campanha, o então candidato Fernando Henrique Cardoso estipulou como meta fixar a cada ano aumentos reais capazes de dobrar o valor do salário mínimo em quatro anos.

– Não foi possível em quatro, nem em seus oito anos de governo – afirmou Mercadante.

Lula dobrou os gastos com transferência de renda, diz Ideli

Ao defender os R\$ 260 para o salário mínimo, a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), disse haver outras políticas públicas que podem colaborar para a erradicação da pobreza sem comprometer a estabilidade e o combate à inflação.

Segundo ela, a cada R\$ 10 de aumento do mínimo, as vinculações com a Previdência Social, seguro-desemprego e assistência social provocam R\$ 2 bilhões de gastos adicionais. Isso

explica, afirmou, por que o valor do mínimo no Brasil é menor do que na Argentina, Paraguai e Uruguai.

Para contornar a dificuldade, explicou, o governo Luiz Inácio Lula da Silva optou por melhorar os programas de transferência de renda, que, em 2002, somaram quase R\$ 6 bilhões e, em 2004, serão R\$ 11,7 bilhões, ou seja, quase o dobro.

De acordo com Ideli, são programas como Bolsa-Alimenta-



Roosevelt Pinheiro

AJUDA Ideli disse haver políticas públicas que podem contribuir para erradicar a pobreza

ção, Bolsa-Família e Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), entre outros, que atingem a maioria dos miseráveis do país.

Jefferson afirma que “o PT jogou fora bandeiras históricas”

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que, qualquer que fosse o resultado da votação da MP do salário mínimo, “o governo federal perderia”. Para ele, em defesa de um mínimo de R\$ 260, “o PT jogou fora bandeiras históricas e usou métodos espúrios para mudar

os votos dos parlamentares”.

Jefferson acusou o Executivo de ter ameaçado cortar investimentos em estados, se o voto de senadores não fosse favorável à medida provisória.

– Uma vitória em um episódio circunstancial pode ser uma derrota permanente em

termos substanciais, conforme a sentença de Emerson.

Ele disse que os parlamentares do PT “vociferavam” durante o governo de Fernando Henrique Cardoso contra o valor do salário mínimo. Hoje, no entanto, “demonstram indignação contra uma tentativa de au-

mentá-lo um pouco mais”.

Por isso, segundo Jefferson Péres, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o PT deveriam pedir desculpas à população por descumprirem a promessa de dobrar o valor real do mínimo em quatro anos.



Roosevelt Pinheiro

HUMILDADE Lula deveria pedir desculpas à população, segundo Jefferson Péres



Meteo Menezes

CRÍTICA Efraim considerou “indecente” a proposta do governo para o mínimo

Efraim: “Foi dado o passo correto”

Ao classificar de “indecente” a proposta do governo Luiz Inácio Lula da Silva de fixar o salário mínimo em R\$ 260, o senador Efraim Morais (PFL-PB) reconheceu que mesmo os R\$ 275 aprovados não serão suficientes para melhorar significativamente a vida do trabalhador. Assim mesmo, acrescentou, “será um passo na direção correta e não o retrocesso da proposta do PT”.

O partido de Efraim Morais fechou questão em torno do valor proposto, e aprovado em Plenário, pelo senador César Borges (PFL-BA).

SALÁRIO MÍNIMO

Propostas de ações sociais levam Cristovam a votar com governo. Renan e Tião Viana, também favoráveis ao governo, justificam seus votos. Embora elogiando Lula, Flávio Arns e Serys anunciam votos a favor de R\$ 275



Roosevelt Pinheiro

GARANTIA Cristovam crê em novos programas de combate à pobreza

Cristovam diz que governo prometeu novas políticas sociais

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) anunciou seu voto a favor da proposta do governo para o salário mínimo, de R\$ 260, porque obteve a garantia de que o Executivo vai encaminhar propostas de ações sociais que terão muito mais eficácia do que apenas um reajuste do salário mínimo.

– Eu disse há quatro anos, quando o então presidente Fernando Henrique propôs seu aumento, que era preciso responsabilidade fiscal, mas era fundamental que houvesse políticas sociais que resgatassem quem vive na miséria – afirmou Cristovam.

Por uma questão de coerência, frisou o senador, iria manter o que disse há quatro anos. “O governo se comprometeu com aumentos substanciais da

bolsa-escola e do salário-família, além de erradicar a prostituição e o trabalho infantil no país e implantar o Plano de Resultados do Ensino Básico, melhorar salários dos professores e garantir vagas para todos no ensino médio”, explicou.

Flávio Arns: “herança” não deixou opção

Embora elogiando o esforço do governo para tentar conseguir um salário mínimo maior, o senador Flávio Arns (PT-PR) votou com a oposição e, portanto, a favor da proposta de R\$ 275, sob o argumento de que R\$ 260 eram muito pouco.

– Entendo a proposta do governo. Afinal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontrou uma dívida de tal vulto que exige o pagamento anual de R\$ 100 bilhões de juros, uma herança que não chamaria de maldita, mas que representa um quadro de muitas dificuldades – assinalou o senador.

Flávio Arns disse que houve várias conversas nos últimos dias entre o governo e os parlamentares, e garantiu que foi feito um esforço honesto para se conseguir oferecer ao país um salário mínimo melhor. Afirmou, porém, que não tinha como votar a favor dos R\$ 260.

Renan critica reajuste por meio de medida provisória

Ao encaminhar a votação do projeto de lei de conversão que estabeleceu o valor de R\$ 275 para o salário mínimo, o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), recomendou ao seu partido que “cumprisse o seu papel” e criticou “os discursos surrados do governo e da oposição” em torno do salário mínimo.

– Espero que seja a última vez que se vota salário mínimo por meio de medida provisória. O trabalhador perde sempre. É preciso uma política para o salário mínimo. Não há diferença entre R\$ 260 e R\$ 275 – declarou.

Ele liberou o senador Ramez



Moreira Mariz

IGUAIS Renan diz que não há diferença entre R\$ 260 e R\$ 275: “trabalhador perde sempre”

Tebet (PMDB-MS) para votar contra o salário proposto pelo governo. Segundo Renan, Tebet ficou liberado devido a uma declaração do governador de

Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, que teria dito que “um destacado membro da bancada do PMDB” iria votar favoravelmente à proposta do governo, de R\$ 260, para ter emendas liberadas no estado.

Por sua vez, ao final da votação, Tebet afirmou que “colocou em primeiro lugar os interesses nacionais, e não os regionais”.

Já a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) saudou a aprovação do salário mínimo de R\$ 275.

– O povo brasileiro vai ganhar. Quinze reais é muito na vida de uma mulher pobre.



Roosevelt Pinheiro

POUCOS RECURSOS Tião Viana lembra que valor apresentado pelo governo era “o possível”

Viana acredita na recuperação do piso salarial

O senador Tião Viana (PT-AC) garantiu que ficaria mais constrangido e muito envergonhado se ao final deste governo, mesmo que o salário mínimo chegasse a R\$ 600, o país ainda estivesse com 40 milhões de pessoas abaixo da linha da miséria. Ao opinar que o valor de R\$ 260 é o possível no momento, o parlamentar lembrou que o atual governo ainda tem dois anos para buscar a recuperação do salário.

– Não foi o nosso governo que deixou uma dívida pública estratosférica, nem que vendeu todo o patrimônio público significativo do Brasil para fazer remendos no financiamento público – afirmou Tião Viana.

O senador lamentou que conquistas do governo não tenham sido levadas em conta na discussão do salário mínimo. Ele citou, como exemplo, o fato de a bolsa-família atingir hoje 4,5 milhões de famílias.

Serys garante que prefeituras não sentirão aumento de R\$ 15

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) anunciou seu voto a favor de um salário mínimo de R\$ 275, por entender que esse piso é o mais eficaz instrumento de distribuição de renda possível e por ter a convicção de que a Previdência Social e as prefeituras não quebrariam.

– Ao contrário, qualquer analista econômico sabe que o impacto de um pouco mais de dinheiro nas mãos da população

tem um efeito positivo no consumo e na arrecadação – explicou a senadora.

Serys disse que a “gordura” do superávit primário não poderia comprometer a distribuição de renda, e que a questão não poderia ser tratada com vaidade.

– Não pode haver aqui governo e oposição, temos que ouvir as nossas consciências e é preciso iniciar rapidamente a correção de distorções históricas –



Gerardo Magela

GORDURA Serys observa que superávit não pode afetar a distribuição da renda

afirmou, completando ainda que o governo já obteve a grande vitória de impedir a volta da inflação.



Roosevelt Pinheiro

DIFICULDADE Para dar aumento maior, seriam necessários R\$ 40 bilhões, analisa Flávio Arns

Pauta travada pelo mínimo afetou reforma do Judiciário

A demora na votação em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição que reforma o Poder Judiciário (PEC 29/00) se deve ao fato de a pauta do Senado ter ficado travada pela medida provisória (MP) que fixa o novo valor do salário mínimo. A opinião é

compartilhada pela líder do bloco de apoio ao governo, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), e pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA).

Lobão, porém, é da mesma opinião do senador José Jorge

(PFL-PE), relator da PEC na Comissão de Justiça, que atribui ao governo a responsabilidade pela exclusão da reforma da lista de prioridades do Senado. José Jorge apresentou requerimento para que ela seja incluída na pauta do Plenário com preferência para votação.

Ideli manifestou estranheza diante da reação de José Jorge, já que a bancada do PFL empenhou-se em incluir na pauta a PEC que fixa o número de vereadores, mas, em nenhum momento, pleiteou que a reforma do Judiciário fosse apreciada imediatamente, afirmou.



Célio Azerêdo

RAPIDEZ Lobão pede urgência para medida ser decidida pelo Plenário



J. Freilias

BENEFÍCIO Hélio Costa, ao lado de Osmar Dias, relatou na Comissão de Educação o projeto que prorroga a isenção do IPI

Empresa de informática pode ter incentivo fiscal até 2019

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem por unanimidade parecer do senador Hélio Costa (PMDB-MG) favorável ao projeto de lei que prorroga até 2019 a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedida às empresas de desenvolvimento e produção de bens de informática e automação. A ampliação de prazo é de dez anos em relação à legislação em vigor.

De acordo com o projeto (PLC 32/04), de iniciativa do Executivo, as isenções serão extintas em janeiro de 2020. Até lá as alíquotas deverão ser reduzidas gradativamente, conforme o ano e os produtos a serem comercializados. As reduções vão de 95% a 20% no período inicial e chegam a 23% nos últimos anos. Empresas instaladas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste são privilegiadas.

A proposta também especifica detalhadamente como deve ser empregada a parcela do faturamento bruto das empresas da Zona Franca de Manaus, produtoras de bens e serviços de informática, que é obrigatoriamente investida em pesquisa e desenvolvimento.

O investimento é a contrapartida pelas isenções fiscais a bens industrializados, de acordo com a Lei de Informática. Aplicações do faturamento bruto recai sobre empresas com faturamento anual superior a R\$ 15 milhões e deve ser de no mínimo 5%. A aplicação dos recursos deverá ser fiscalizada com base em projeto elaborado pelas próprias empresas.

A matéria tramita em regime de urgência. Já examinada pela Câmara dos Deputados, também será submetida às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos

Econômicos (CAE). Na primeira, o relator é o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Na CAE, a tarefa compete a Aloizio Mercadante (PT-SP).

O relator Hélio Costa acatou, na CE, uma das seis emendas apresentadas e acrescentou outras duas, uma supressiva e outra de redação. A emenda acolhida é da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e inclui entre os produtos beneficiados pelas isenções os telefones sem fio, mas dispensa seus produtores de investir, como contrapartida, em pesquisa.

Hélio Costa lembrou que a concessão dos benefícios fiscais tornou possível o crescimento do número de empresas de informática instaladas no país, além de estimular as atividades de pesquisa e desenvolvimento. "A interrupção dos benefícios causaria a fuga das empresas hoje atuantes no Brasil para regiões mais atraentes do planeta, o que traria grave retrocesso aos avanços já conseguidos pelo setor", disse.

Durante a discussão da matéria, Ideli afirmou que o projeto dá maior competitividade ao setor de informática. Eduardo Azeredo ressaltou a importância dos benefícios para o país. Para o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), o projeto é um avanço.

Socorro à mídia

Na mesma reunião, o presidente da Comissão de Educação, senador Osmar Dias (PDT-PR), pediu aos senadores do colegiado que se posicionem sobre a proposta do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento a empresas de comunicação social. A comissão já fez duas audiências públicas sobre o assunto.

Nova Lei de Falências é aprovada pelo Senado

■ Texto acolhido pelo Plenário é o projeto substitutivo da CCJ. Votação de destaques será na terça-feira

Os senadores aprovaram ontem, em votação simbólica, o projeto de lei da Câmara que institui a nova Lei de Falências. Os destaques e as emendas deverão ser apreciados na próxima terça-feira, quando haverá a votação do projeto em turno suplementar. O pedido para adiamento da decisão sobre as emendas foi feito pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que relatou a proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto regula a recuperação judicial, extrajudicial e a falência de pessoas físicas e jurídicas.

Tebet disse ao presidente do Senado, José Sarney, que o projeto (PLC 71/03) recebera emendas até à noite de ontem, e por isso precisava de tempo para analisá-las, juntamente

Mudanças no Código Tributário passam no Plenário

O Senado aprovou ontem o texto básico do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do projeto de lei complementar (PLC 70/03) que modifica o Código Tributário. A proposta tem como objetivo tornar possíveis as mudanças previstas na nova Lei de Falências.

A matéria foi acolhida com 50 votos favoráveis e 3 contrários, e constará da pauta da ordem do dia da próxima terça-feira para votação em turno suplementar. Até lá poderão ser apresentadas emendas. As alterações feitas pelo relator da matéria na CCJ, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), visam permitir que a indisponibilidade de bens do devedor, em processos de execução fiscal, não atinja todo o seu patrimônio, mas apenas o necessário para a garantia do pagamento do crédito tributário.

Outra modificação proposta no substitutivo de Fernando Bezerra tem o objetivo de evitar incongruência segundo a qual o sócio adquirente de empresa, na falência ou na recuperação judicial, não é tomado como suspeito, ao contrário do estabelecido para parente de sócio da sociedade falida ou em recuperação.



Moreira Mariz

DECISÃO Ramez Tebet pede mais tempo para examinar emendas oferecidas à proposta

com o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Fernando Bezerra (PTB-RN). Como a proposição recebeu substitutivo, deverá voltar ao exame da Câmara dos Deputados.

O substitutivo aprovado foi o apresentado à CCJ por Fernando Bezerra. Ele havia aceito o substitutivo acolhido anteriormente na CAE, acrescentando oito emendas e acatando quatro sugestões de senadores, que não alteraram a essência do

Pedida urgência para projeto da Mata Atlântica

Foi adiada para a sessão deliberativa da próxima terça-feira a votação do requerimento de urgência da senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) para o projeto de lei da Câmara (PLC 107/03) que estabelece normas de preservação da Mata Atlântica.

Os líderes da Minoria (PFL e PSDB) e do PDT alegaram que a proteção da Mata Atlântica é parte do projeto de lei que institui o novo Código Florestal, e deveria ser discutida nesse contexto. Heloísa Helena, juntamente com os líderes do PT, Ideli Salvatti (SC), e do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), defenderam a urgência sob a alegação de que a progressiva destruição da Mata Atlântica exige ações imediatas, que não poderiam esperar pelo debate em torno do Código Florestal. Como o PFL pediu verificação do quórum, insuficiente para votação, o requerimento de urgência teve de ser adiado.

projeto enviado ao Congresso pelo governo.

Discussão

Antes da votação, a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) apelou aos líderes da oposição para que somente permitissem a apreciação da matéria se os governistas concordassem com ampla discussão quando do exame das emendas. O senador José Agripino (RN), líder do PFL, posicionou-se nesse mesmo sentido. O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), garantiu que o debate sobre o tema ocorrerá com profundidade.

Entre outras inovações, a nova lei determina que os trabalhadores poderão participar da fase não judicial do processo de habilitação de créditos perante o administrador judicial, antes de ter que buscar a Justiça. Dessa forma, todos os créditos trabalhistas, e não apenas os superprioritários, terão direito a voto nas assembleias gerais de credores.

Avança discussão das PECs da Cide e dos vereadores

Transcorreu ontem a segunda sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 55-A/01) que reduz o número de vagas nas câmaras de vereadores e da que aumenta o repasse da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) a estados e municípios (PEC 17/04). Caso sejam aprovadas, as duas propostas seguirão para promulgação.

A chamada PEC dos vereadores mantém 5.062 vagas das 8.528 extintas por recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Com a proposta, o número de representantes municipais em todo o país pode ser reduzido de 60.276 para 55.214, e a diminuição do repasse de recursos das prefeituras para os legislativos municipais deverá gerar economia de R\$ 430 milhões por ano.

A outra proposta de emenda constitucional aumenta de 25% para 29% a parte dos estados e municípios na arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o "imposto sobre os combustíveis". Na próxima terça-feira ocorre a terceira sessão de discussão em segundo turno, e, se houver acordo, as PECs poderão também ser votadas.



ACOMPANHAMENTO Virgílio Guimarães e Fernando Bezerra participam do debate na comissão

CMO fiscalizará liberação de recursos das emendas

■ Comitê a ser criado na terça-feira informará se opositoristas estariam sendo preteridos pelo governo

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) decidiu criar um comitê de acompanhamento das emendas parlamentares com o objetivo de verificar se o governo executa o orçamento e as emendas de senadores e deputados aprovadas pelo colegiado. Caberá também ao comitê informar aos membros da CMO se os partidos de oposição estão sendo preteridos na liberação dos recursos de emendas parlamentares.

O presidente da comissão, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), informou que na próxima terça-feira (22), a partir das 14h30, serão escolhidos os integrantes do comitê.

Para o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), a criação do órgão irá melhorar o funcionamento da comissão, pois os parlamentares poderão ter informações seguras com relação à liberação dos recursos para obras ou investimentos.

Sérgio Guerra condenou também o que classificou como manipulação das emendas de

bancada feita pelos governadores. Para ele, isso representa uma "interferência grave" nos trabalhos dos parlamentares e da própria comissão.

Os debates no colegiado foram dominados por comentários a notícias publicadas pela imprensa dando conta de que o Palácio do Planalto estaria liberando recursos de emendas parlamentares aprovadas pela CMO a senadores que passaram a votar com o governo.

O deputado Pauderney Avelino (PFL-AM) condenou a suposta compra de votos e chegou a informar que o governo possui até uma lista de nomes dos que votam com os interesses do Executivo.

Parlamentares da base governista classificaram de "caluniosas e mentirosas" as afirmações do deputado. O presidente CMO, Paulo Bernardo, chegou a pedir que Avelino divulgasse os nomes dos parlamentares que compunham a lista para que as Mesas do Senado e da Câmara providenciassem as medidas punitivas, já que, observou, eles poderiam ser acusados de falta de decoro parlamentar.

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), negou a existência da suposta lista e disse

que o Executivo "não está discriminando nenhum parlamentar". Como prova, informou que o senador Mão Santa (PMDB-PI), "um dos maiores críticos do governo", obteve liberação de emendas de bancada para o seu estado, demonstrando que o governo age de forma impessoal na defesa do interesse público.

Recursos aprovados

A comissão, cumprindo acordo entre governo e oposição, aprovou ainda a abertura de crédito suplementar no valor total de R\$ 319 milhões, assim distribuídos: Ministério da Defesa, R\$ 223 milhões, a serem aplicados na incorporação de 50 mil jovens ao serviço militar; Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação, R\$ 20 milhões, que serão usados, respectivamente, no projeto de lançamento de foguetes da Base de Alcântara (MA) e na Escola Agrotécnica Federal de Presidente Juscelino Kubitschek (RS); além de outro crédito para o Ministério da Ciência e Tecnologia, no valor de R\$ 16 milhões, destinado à Agência Espacial Brasileira (AEB).

A CMO aprovou também crédito de R\$ 60 milhões destinado à complementação das dotações do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

Com base em relatório do TCU, José Jorge aponta fracasso

Ao avaliar os dados do relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o senador José Jorge (PFL-PE) destacou ontem que a renda média do trabalhador brasileiro teve uma queda de 14% em 2003, sendo essa a maior redução nos últimos 15 anos. Elaborado pelo ministro Guilherme Palmeira, disse o senador, o documento estende suas críticas ao aumento da carga tributária, que atingiu 36,7% do Produto Interno Bruto (PIB), ao crescimento da taxa de desemprego – de 11,7% para 12,5% – e ao descumprimento da legislação na área da saúde, em que o governo investiu 4,2% a menos.

Um dos alertas do relatório, apontou o senador, é o risco de que o programa Fome Zero e outros projetos sociais do governo não consigam reduzir a miséria que afeta cerca de 40 milhões de brasileiros. José Jorge ressaltou que há a possibilidade de esses programas, muitos ainda embrionários, se tornarem meramente assistencialistas, impedindo que os contemplados se livrem da depen-



RISCO José Jorge afirma que existe a possibilidade de o governo não reduzir a miséria

dência dos benefícios estatais.

Na área dos transportes, conforme o senador, o relator aponta deficiências na infraestrutura portuária e ferroviária do país, que contribuíram para onerar as exportações.

Para José Jorge, até uma área tão importante ao governo petista, que é a reforma agrária, recebeu crítica no relatório do tribunal, "pois acirrou as tensões no campo a partir de 2003", como atesta o aumento de assassinatos – de 20, em 2002, para 42, em 2003, um aumento de 110%.

Entre outras conclusões do relatório do TCU, José Jorge ainda registrou a concentração de gastos das empresas estatais nas regiões mais desenvolvidas do país e a baixa transferência de recursos do Fundo Penitenciário (Funpen), administrado pelo Ministério da Justiça e que se destina à construção e reforma de presídios no país.

Alvaro rebate críticas e nega uso político da CPI da Terra

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) rebateu as acusações de João Paulo Rodrigues, integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de que a comissão parlamentar de inquérito que examina a estrutura fundiária do país, a CPI da Terra, está sendo utilizada por parlamentares da oposição para atingir o governo Lula.

Presidente da CPI, Alvaro também refutou comentário feito por Rodrigues de que a bancada ruralista teria aprovado a quebra de sigilo de cooperativas ligadas ao MST. O senador lembrou que houve unanimidade na votação para a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) e da Confederação das Cooperati-



SUSPEITA Alvaro Dias revela que governo repassou R\$ 20 milhões para entidades ligadas ao MST

vas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab).

O senador revelou que os técnicos da CPI apuraram que o governo repassou R\$ 20 milhões para entidades ligadas aos trabalhadores rurais. Desse total, declarou, R\$ 7 milhões foram para o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra). O dinheiro teria sido gasto na alfabetização de alunos, sendo R\$ 7.500 por estudante, montante que, conforme Alvaro Dias, equivale ao custo de um pós-graduando em universidade de elite do país.